

Insólita idéia de uma renegociação retardada *Síndico Almeida*

Parece que o atual governo estaria disposto a uma renegociação ampla da dívida externa brasileira, envolvendo reescalonamento dos pagamentos de juros e prazos de carência mais longos, mas isso só ocorreria em meados do próximo ano. Daqui até lá, o governo procuraria fortalecer as suas condições de negociação, cumprindo os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), obtendo ganhos significativos no combate à inflação e acumulando certo nível de reservas. A circunstância de 1984 ser um ano eleitoral também ajudaria, uma vez que os bancos internacionais seriam mais receptivos à iniciativa brasileira ante a perspectiva de posse de um novo chefe do governo.

Essa estratégia aparenta ter lógica, lembrando-se a propósito que a renegociação mexicana no ano passado foi facilitada pelo fato de estar prestes a deixar o governo o ex-presidente José Lopez Portillo, que foi quem de fato decretou a moratória, evitando desgastar o seu sucessor, Miguel de la Madrid Hurtado.

A comparação parece-nos forçada, considerando que o Brasil e o México seguiram caminhos diversos quando defrontados com a crise internacional, a ponto de analistas como os do Grupo dos 30 falarem no caminho brasileiro para a renegociação quase que em oposição ao caminho mexicano, muito mais direto e franco e que produziu resultados manifestamente superiores.

A nosso ver, a lição que se pode extrair de um confronto entre o que tem ocorrido nos dois países nos últimos meses é que o Brasil perdeu muito tempo em encaminhar a sua renegociação, principalmente por causa das eleições de novembro do ano passado. Como se recorda, as nossas autoridades entendiam que estavam impedidas, antes da realização do pleito, de iniciar entendimentos abertos com o FMI e a comunidade financeira internacional. Com o passar do tempo, as reservas cambiais que ainda restavam esvaíram-se totalmente, tornando

impossível a condução do processo à maneira mexicana.

Esperar agora mais nove ou dez meses, também em função de considerações políticas, parece-nos uma insensatez. Em primeiro lugar, porque a possibilidade de acumular, no fim deste ano ou nos primeiros meses de 1984, um certo nível de reservas — pelo menos, o necessário para garantir o equivalente a um ou dois meses de importações — é irrealista. Talvez ainda nesta semana, as autoridades brasileiras assinem a nova carta de intenção e a encaminhem ao FMI. O acordo com o Fundo, no entanto, só deverá ser assinado em outubro. Mesmo então com a entrada dos recursos programados, o País não terá disponibilidades nem mesmo para saldar a totalidade dos compromissos em atraso. Para pôr em dia os pagamentos externos e para voltar a deter um mínimo de reservas, o País teria de negociar um novo empréstimo-“jumbo” de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 4 bilhões ainda neste ano, o que seria extremamente

problemático, a persistirem as coisas como estão.

Mas esta não é a razão principal a desaconselhar qualquer retardamento em uma negociação externa ampla. O maior problema não é de natureza técnica, mas sim saber se a economia do País poderá continuar resistindo a novas medidas de contenção, como as que o governo pretende adotar nas áreas fiscal e monetária. Como se não bastasse, as nossas indústrias deverão continuar, por um período ainda indefinido, à míngua de importações de matérias-primas e de partes e componentes essenciais. Em consequência, a crise social, que já atingiu proporções inéditas no País, continuaria em processo de agravamento.

Honestamente, não vemos como retardar uma negociação ampla, que toda a sociedade brasileira hoje considera necessária, possa servir aos melhores interesses do País. É uma idéia que só pode parecer agradável a nossos credores, que ganharão mais tempo para manobrar em função de suas conveniências.